

Pontos de Cultura de Pernambuco: fragilidades, parcerias e oportunidades

Mariana Ferreira Reis¹
Raquel de Melo Santana²

Resumo: O presente trabalho busca analisar as políticas públicas de cultura a partir da ação dos Pontos de Cultura – projeto vinculado ao Programa Cultura Viva, da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (MinC). Nosso enfoque aborda, a partir de estudo exploratório, a experiência do Estado de Pernambuco, que integra a iniciativa desde 2005 e que, em 2010, conta com o número de 166 Pontos de Cultura nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado. Nossa hipótese é que o fato de se tornar um Ponto de Cultura possibilita maior visibilidade às organizações culturais, uma vez essa iniciativa é um dos destaques da política cultural brasileira (RUBIM, 2009; BARBALHO, 2007). Nosso objetivo é observar fragilidades, parcerias e oportunidades relativas ao projeto dos Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Pontos de Cultura; Pernambuco; gestão cultural

Apresentação

O presente trabalho busca analisar as políticas públicas de cultura a partir da ação dos Pontos de Cultura – projeto vinculado ao Programa Cultura Viva, da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (MinC). Nosso enfoque aborda, a partir de estudo exploratório, a experiência do Estado de Pernambuco, que integra a iniciativa desde 2005 e que, em 2010, conta com o número de 166 Pontos de Cultura nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado.

Muitas das informações sobre os Pontos de Cultura de Pernambuco presentes nesse trabalho foram colhidas a partir da convivência próxima a essas iniciativas, pois a primeira autora do artigo atuou no Ponto de Cultura Ação Cultural/Serta, em Glória do Goitá, na Zona da Mata, em 2008 e, posteriormente, trabalhou durante um ano na assessoria de comunicação da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), redigindo matérias sobre os Pontos de Cultura do Estado.

Já a segunda autora integrou durante o ano de 2009 a equipe técnica do Ponto de Cultura Alto do Moura, de Caruaru, município do Agreste pernambucano, e participou de uma residência artística no Ponto de Cultura Tecer, da cidade de Camaragibe, na

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista Capes. E-mail: reismariana25@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista Capes. E-mail: melosantana@yahoo.com.br

Região Metropolitana do Recife, de janeiro a março de 2010. Ambas tiveram contato direto com os demais Pontos de Cultura de Pernambuco em ocasiões como a II Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2009, Encontros Regionais dos Pontos de Cultura (2009), Reuniões da Rede dos Pontos de Cultura de Pernambuco (2009/2010) e Teia Estadual dos Pontos de Cultura (2010).

Nossa hipótese é que o fato de se tornar um Ponto de Cultura possibilita maior visibilidade às organizações culturais, uma vez essa iniciativa é um dos destaques da política cultural brasileira (RUBIM, 2009; BARBALHO, 2007). Nosso objetivo é observar fragilidades, parcerias e oportunidades relativas ao projeto dos Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco.

Um pouco sobre o conceito de cultura

A cultura é feita de símbolos, valores e rituais que criam sentimento de pertença. De acordo com Chauí (2007),

a partir da segunda metade do século XX, o conceito de cultura passou a ser entendido como a produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, dos modos de habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança (...).

A diversidade cultural brasileira se transforma a partir das múltiplas identidades do nosso povo, cuja sociedade é marcada por sincretismos e hibridismos. Para o Plano Nacional de Cultura (PNC), proposto pelo MinC, tal diversidade “está carregada de elementos simbólicos provenientes das relações que as redes culturais estabelecem com os diferentes territórios” (BRASIL, 2008, p. 51). O Plano Nacional de Cultura entende que é papel do poder público incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural nacional, tanto garantindo seu pluralismo quanto permitindo a interlocução entre passado e presente e considerando tanto as dinâmicas territoriais locais quanto as demandas dos cidadãos.

Historicamente, processos colonialistas e hegemônicos relegaram as culturas locais a um segundo plano. Mais recentemente, tais expressões foram resgatadas através de ações afirmativas. Em âmbito internacional surge a *Agenda 21 da Cultura*,

apresentada no Fórum Universal das Culturas – Barcelona, em 2004, ocasião em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) reconheceu politicamente governos comprometidos com os direitos humanos, a sustentabilidade e a diversidade cultural. Com a *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, proposta pela Unesco em 2006, vários países, inclusive o Brasil, passaram a adotar políticas públicas de cultura em favor da proteção a grupos culturais mais vulneráveis às dinâmicas econômicas excludentes.

O governo Lula possibilitou um grande avanço no que se refere às políticas públicas de cultura. A política cultural dos dois últimos governos (FHC e Collor) eram centralizadas nos incentivos fiscais. De acordo com Alzira Medeiros e R. Alejandro Benitez, “O Estado, com a isenção fiscal, passa a ocupar um papel apenas de financiador de projetos de produção cultural da iniciativa privada. Desta forma, a sociedade não tem direito de opinar e decidir”. A atual política pública de cultura tem procurado ampliar as suas ações no sentido de promover “uma política pública como afirmação da cidadania” (MEDEIROS e BENITEZ, 2009).

A criação do Programa Cultura Viva, em 2004, coincide com essa concepção de política pública, pois o referido Programa “assume a cultura, a educação e a cidadania, enquanto incentiva, preserva e promove a diversidade cultural brasileira”³. De acordo com Célio Turino, secretário de Cidadania Cultural do MinC, o Cultura Viva “é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o Ponto de Cultura”. (TURINO, 2009, p. 85).

Turino ressalva que os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva foram criados juntos e estão indissociáveis um do outro: “O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o Ponto de Cultura”. (ibid., p. 85). O Ponto de Cultura tem a função de articular a produção cultural local, promovendo o intercâmbio entre linguagens artísticas e expressões simbólicas, além de gerar renda e difundir a cultura digital.

Com a articulação e difusão destas produções e iniciativas, os Pontos de Cultura garantem a troca de experiências e do conhecimento acumulado por cada localidade. Sendo assim, a aprovação de um Ponto de Cultura é, na verdade, a atribuição de um selo de reconhecimento a um grupo que já atua numa determinada comunidade, com práticas

³ http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=104. Acesso em 31 de maio de 2010.

culturais e de difusão de conhecimentos. Trata-se de um convênio de três anos entre o governo e entidades da sociedade civil que lidam com cultura, no qual estas entidades recebem um repasse financeiro para fomentar as suas atividades culturais e investir em inclusão digital. Segundo Turino (ibid., p. 85):

Ponto de Cultura pressupõe autonomia e protagonismo sociocultural, potencializados pela articulação em rede e se expressa com o reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, gerando empoderamento social. Por si, essa política pública já representaria um avanço em relação às tradicionais formas de relacionamento entre poder público e sociedade (...).

A atual gestão do governo de Pernambuco, por meio da Fundarpe, possui uma política cultural convergente com a do MinC e vem efetivando parcerias importantes com esse órgão, como a estadualização do edital de Pontos de Cultura. Martins observa a descentralização como “uma via interessante para o êxito das iniciativas políticas, naqueles lugares onde a mobilização da sociedade civil e a participação popular estejam articuladas com as instâncias locais de decisão coletiva”⁴. Vários Pontos de Cultura de Pernambuco que foram conveniados diretamente com o MinC comemoraram este feito, e o pensamento unânime era que a estadualização facilitaria o acompanhamento dos projetos e a própria comunicação com a instância governamental.

Outro aspecto relevante da política cultural da Fundarpe é a ênfase na interiorização de suas ações de promoção à cultura, através do Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural, que realiza Festivais, Fóruns e Planos Setoriais nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado: Região Metropolitana, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão de Itaparica, Sertão do São Francisco, Sertão do Moxotó, Sertão do Araripe, Agreste Meridional, Agreste Central e Agreste Setentrional⁵.

Com a estadualização dos Pontos de Cultura, iniciada a partir de 2007, o poder público passa a contribuir com a rede de Pontos de Cultura local, visando a organização e o fortalecimento dos grupos que atuam na área. Em 2008, surge o primeiro edital de Pontos de Cultura realizado pela Fundarpe com o objetivo de fomentar as expressões

⁴ MARTINS, 2006, p. 247 apud MEDEIROS e BENITEZ, 2009.

⁵ <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural.php>. Acesso em 31 de maio de 2010.

populares, a cultura de raiz e a preservação do patrimônio histórico material e imaterial do Estado.

A primeira fase do edital, em 2008, aprovou 80 projetos, abrangendo as regiões da Zona da Mata, Agreste, Sertão e Região Metropolitana do Recife. Em 2010 foram aprovados mais 50 Pontos de Cultura em todo o Estado, na segunda fase do edital. Assim, de acordo com a Fundarpe, Pernambuco atualmente conta com 166 Pontos de Cultura, sendo 36 conveniados com o MinC e 130 com a Fundação. A atuação desses Pontos ocorre nas 12 regiões de desenvolvimento de Pernambuco.

Antes da estadualização, havia 07 Pontos de Cultura localizados no Interior de Pernambuco. Com o resultado do último edital, esse número saltou para 90. Houve um aumento significativo na participação de grupos culturais do interior de Pernambuco, a partir da descentralização da política pública de cultura do MinC e da Fundarpe. A distribuição dos Pontos de Cultura no Estado ocorre, então, da seguinte forma: Região Metropolitana (76), Zona da Mata (23), Agreste (28), Sertão (39).

Parcerias e Oportunidades

Uma vez que a entidade é conveniada como Ponto de Cultura, abre-se um leque de possibilidades para outros editais e premiações governamentais de fomento cultural, tanto no âmbito estadual como no âmbito federal. Em nível estadual, os Pontos são incentivados a concorrer a editais promovidos pelo Programa Mais Cultura, proposto pelo MinC em parceria com os governos estaduais⁶. Alguns desses editais são o Cine Mais Cultura e o Microprojetos Culturais. Os Pontos de Cultura também participam de atividades de fomento e formação em parceria com a Fundarpe, como, por exemplo, o Projeto Células Culturais nas Escolas, nos quais os Pontos oferecem oficinas artísticas e aulas-espetáculos para alunos de escolas públicas estaduais.

Em nível nacional, o MinC disponibiliza uma série de editais para entidades sem fins lucrativos, alguns deles destinados exclusivamente a entidades que são Pontos de Cultura, como os prêmios Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura, Asas, Tuxáua e a Ação Griô Nacional. Outros editais são abertos a qualquer organização da sociedade civil: Mídias Livres, Cultura Digital, Cultura e Saúde, Prêmio Cultura Viva, entre outros.

⁶ http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_pontos.php. Acesso em 31 de maio de 2010.

Em Pernambuco, algumas entidades que são Pontos de Cultura vêm se destacando no cenário cultural do Estado. Na Região Metropolitana, podemos citar o caso do Ponto de Coco de Umbigada, conveniado pelo Minc em 2005. Antes de ser Ponto e de se constituir enquanto centro formalizado, o grupo Coco de Umbigada promovia há sete anos a Sambada de Coco do Guadalupe, que acontece até hoje em todos os primeiros sábados do mês com objetivo de difundir o coco e a cultura de matriz africana. Esta ação já era conhecida, mas com o incentivo do Ponto de Cultura, as ações do grupo foram se diversificando e ganhando maior amplitude.

O Ponto de Cultura Coco de Umbigada passou a fazer parte da Ação Griô Nacional, na qual os griôs – mestres da tradição oral – ensinam seus saberes às pessoas do Ponto e à comunidade escolar da localidade; criou uma rádio livre, a Rádio Amnésia, que está ligada à Rede Mocambos⁷ e conquistou diversas premiações do MinC, como Prêmio Interações Estéticas, Mídias Livres, Asas, Tuxáua, Culturas Populares, Ação Cine Mais Cultura. Quando o convênio de três anos com o MinC se encerrou, Beth de Oxum, principal articuladora do Coco de Umbigada, conseguiu aprovar em 2008 a continuidade das ações do Ponto no concorrido edital estadual de incentivo à cultura, o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), promovido pela Fundarpe.

Uma das recentes conquistas do Centro Cultural Coco de Umbigada foi a aprovação no edital Pontões de Cultura de 2009, que prevê um orçamento de até R\$ 350 mil por ano para ações desenvolvidas em rede com Pontos de Cultura da região onde o Pontão está inserido.

Na Zona da Mata, o Ponto de Cultura Estrela de Ouro, que também foi conveniado em 2005, vem se destacando fortemente. Este Ponto trabalha com o fomento de grupos de cultura popular do município de Aliança: Maracatu Estrela Ouro, Coco Popular de Aliança e Cavalinho Mestre Batista, Boi de Camará e Ciranda Rosas de Ouro. O Ponto Estrela de Ouro integrou a Ação Griô Nacional e a Ação Agente Cultura Viva, direcionada a Pontos que trabalhem com jovens visando o protagonismo juvenil⁸.

A sede deste Ponto de Cultura abrigou eventos culturais de grande porte, como o Festival Canavial, incentivado pelo Funcultura e Petrobrás em 2007, como também

⁷ Rede nacional de comunidades quilombolas rurais e urbanas conectadas através das tecnologias da informação e comunicação.

⁸ http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=104. Acesso em 31 de maio de 2010.

eventos de menores proporções, a exemplo das Festas de Terreiro, que obtiveram apoio da Fundarpe no ano de 2005 (PEREIRA, 2008).

O Ponto Estrela de Ouro realizou no seu estúdio de gravação⁹ CDs de várias manifestações culturais da região, como Coco Popular de Aliança, Tribo Caboclinho União Sete Flechas, Maracatu de Baque Solto Coração Nazareno (PEREIRA, 2008) e Pretinhas do Congo, este último com incentivo do Funcultura. O trabalho desenvolvido pelo Ponto de Cultura Estrela de Ouro deu origem ao Pontão de Cultura Canavial. Inaugurado em 2009, este Ponto promove ações de sustentabilidade com 11 Pontos de Cultura dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte¹⁰.

No Agreste, o Ponto de Cultura de maior repercussão é o Boi da Macuca. Antes de se tornar Ponto, essa organização já promovia festas conhecidas em sua localidade, uma fazenda próxima ao município de Correntes, como Carnaval, São João e Festival de Jazz da Macuca, com ampla participação dos grupos locais. A aprovação do Ponto de Cultura possibilitou uma maior estruturação, ampliação de atrações e divulgação dessas festas.

O Ponto de Cultura mais forte do sertão pernambucano é o Artes do Cangaço, promovido pela Fundação de Cultura Cabras do Lampião. Esta instituição vem desenvolvendo um trabalho exemplar de pesquisa e difusão da trajetória de Virgolino Ferreira, o Lampião, e das manifestações culturais do lugar, como o xaxado, desde 1995. O Ponto de Cultura Artes do Cangaço foi instituído em 2008 e fortaleceu ainda mais o trabalho da entidade, aprovando projetos no Funcultura em 2008 e 2009.

É importante ressaltar que os representantes dos quatro Pontos de Cultura citados foram conveniados pelo MinC – o que significa dizer que estão em atividade há mais tempo, e possuem expressiva participação em espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de cultura, como Conferências Municipal e Estadual de Cultura e Teia Brasil – Encontro Nacional dos Pontos de Cultura.

Ainda é cedo para avaliar o processo de alcance de visibilidade alcançado por Pontos conveniados com a Fundarpe, pois esses pontos estão completando um ano de convênio no início de 2010. Mesmo assim, podemos citar os casos dos Pontos recentes

⁹ O estúdio de gravação foi construído com a verba do kit multimídia, item obrigatório para todos os Pontos de Cultura que prevê o investimento de R\$ 20 mil reais em equipamentos que propiciem a inclusão digital.

¹⁰ O Pontão Canavial trabalha com os seguintes pontos: Estrela de Ouro; Aláfia, da cidade de Goiana (PE); Poço Comprido, de Vicência (PE); Cinema de Animação, de Igarassu (PE); Engenho dos Maracatus, de Nazaré da Mata (PE); Retretas, de Condado (PE); Boi da Macuca, de Correntes (PE); Ororubá de Pesqueira (PE); Coco de Umbigada; Encantando a Vida, de Maceió (AL) e Casarão de Oficinas, de Pendências (RN).

que vêm demonstrando poder de articulação e realizando importantes conquistas, como são os casos dos Pontos de Cultura Tecer e Sertão Itaparica Mundo, ambos da Região Metropolitana.

O Ponto de Cultura Tecer, da cidade de Camaragibe, foi contemplado com o Prêmio Interações Estéticas em 2009 e promoveu os eventos EntrePontos e Festival Símbolos, o primeiro em parceria com o Ponto de Cultura Alto do Moura e o segundo em parceria com o Serviço Social do Comércio – Sesc de Pernambuco. Já o segundo, que apesar de ser inscrito na Região Metropolitana, atua na região de desenvolvimento do Sertão de Itaparica, teve o seu cineclube Florestando contemplado com o Edital do Audiovisual de Pernambuco 2009 e promoverá a Mostra Nacional Curta Sertão em setembro, através de parceria com a Prefeitura Municipal de Floresta, município onde funciona a sede do Ponto.

Fragilidades

Rubim destaca que a atual política pública de cultura possui alguns desafios a serem superados. Um deles é a abrangência do conceito de cultura utilizado pelo MinC, que dificulta a delimitação de quais setores serão beneficiados com as políticas desse Ministério. Chauí também enxerga problemas neste conceito antropológico de cultura, na medida em que este privilegia o conceito de comunidade e vivemos em um sistema de sociedade. De acordo com a autora, é impossível usar um conceito tão amplo como expressão da comunidade, uma vez que a sociedade de classes institui a divisão cultural (CHAUÍ, 2007).

Outro aspecto problematizado por Rubim é a falta de um corpo profissional, tanto em termos qualitativos quanto em quantitativo de pessoal, para lidar com a complexidade que é a gestão de políticas públicas. Rubim alega que “a ausência da formação, qualificação e atualização dos organizadores da cultura (...) é uma das maiores mazelas do campo cultural, nunca enfrentada pelas políticas culturais do país” (2009, p. 62 e 63). Os Pontos de Cultura de Pernambuco, tanto os conveniados pelo MinC quanto os aprovados pelo edital da Fundarpe, vivenciam diariamente as agruras da insuficiência de um corpo técnico qualificado para o monitoramento de seus projetos.

As normas que regulam os convênios dos Pontos de Cultura com o MinC são muito complexas¹¹. A maioria dos responsáveis pelos Pontos não está acostumada a lidar com procedimentos administrativos complexos, o que é agravado pela ausência de assistência técnica por parte do poder público. Para realizar o monitoramento dos Pontos de Cultura, a Fundarpe lançou um edital de contratação de bolsistas. No entanto, esta medida se revelou insuficiente, pois o acompanhamento aos Pontos na execução e prestação do projeto não foi satisfatório, visto que a equipe técnica é pequena e não tem condições de atender à demanda.

Além de a equipe ser reduzida, há uma instabilidade dos profissionais da Fundarpe, uma vez que são vinculados à instituição através de contratos temporários. Rubim assinala como urgente a necessidade de se constituir quadros para as instituições nacionais (2009, p. 62).

Uma das principais bandeiras levantadas pelos Pontos de Cultura de todo o Brasil é a continuidade da política pública de cultura, para que o projeto, para além de uma política de governo, ou de governos, seja instituído como lei, para que se torne uma política de Estado. Em relação a Pernambuco, encontra-se em tramitação a primeira lei de política pública de cultura, que visa solidificar a política do Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural para além de gestões e de partidos. No último dia 04 de junho, por exemplo, cerca de 400 manifestantes ligados ao tecido cultural do Estado – muitos deles, integrantes de Pontos de Cultura – participaram de ato em apoio à política pública de cultura realizada nos últimos anos em Pernambuco¹².

Tal institucionalização nas esferas local e nacional seria uma das alternativas mais viáveis para se garantir que processos como os desenvolvidos por instituições da sociedade civil e comunidades que fazem cultura se perpetuem e virem referência em longo prazo. Acredita-se que, hoje, esse seja um dos principais desafios lançados aos Pontos de Cultura e aos gestores governamentais.

¹¹ A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008 regulamentam as transferências de recursos da União mediante convênios para os Pontos de Cultura.

¹² <http://www.fundarpe.pe.gov.br/artistas-fazem-passeata-em-favor-da-politica-publica-de-cultura-do-estado>. Acesso em 04 de junho de 2010.

Referência Bibliográfica:

BARBALHO, A. **Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.** Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: Diretrizes gerais.** 2. Ed. Brasília: MinC, 2008.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia.** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2007. (Col. Cultura é o quê).

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 20 de outubro, 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Brasília: IBCT/UNESCO, 2006.

PEREIRA, C. M. **Política Pública Cultural e Desenvolvimento Local: Análise do Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança – Pernambuco.** Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, 2008.

RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos.** In: RUBIM, A.A.C. e Bayardo. R. (orgs.) Políticas Culturais na Ibero-America. 2. Ed. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

TURINO, C. **Ponto de Cultura.** O Brasil de Baixo Pra Cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

http://www.associacaoreviva.org.br/noticia_detalhe.php?id=91. Acesso em 02/06/2010.

<http://www.roidamacuca.org.br/index.php>. Acesso em 02/06/2010.

<http://www.cabrasdelampiao.com.br/>. Acesso em 02/06/2010.

<http://www.estreladeouro.org/>. Acesso em 02/06/2010.

<http://www.mocambos.net/>. Acesso em 02/06/2010.

<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/>. Acesso em 02/06/2010.

<http://www.sambadecoco.blogspot.com/>. Acesso em 02/06/2010.